



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

26º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2012 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Tomas Tiburso, Governador de um Estado brasileiro, é acusado de cometer crime comum e, portanto, será processado e julgado originariamente:

- (a) pelo Supremo Tribunal Federal.
- (b) pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- (c) pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (d) por Vara Criminal da Justiça Comum estadual.
- (e) pela Assembleia Legislativa do Estado.

2. Com relação ao Estado-Nação, assinale a alternativa que não contenha um dos seus elementos:

- (a) Governo soberano.
- (b) Território definido.
- (c) Povo.
- (d) Finalidade social
- (e) Personalidade jurídica interna reconhecida pela ONU.

3. Considerando os princípios fundamentais constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- (a) O princípio da separação de poderes não é idêntico à separação de funções, remontando ao pensamento do Barão de Montesquieu a ideia de freios e contrapesos desenvolvida pelos Federalistas.
- (b) A partir do princípio do federalismo, pode-se extrair o princípio da vedação à secessão, o da descentralização política em entes federados autônomos, o da indelegabilidade das competências constitucionais e o da necessidade de uma instância representativa dos Estados na instância nacional.
- (c) Estado de Direito refere-se à preponderância da vontade das leis sobre a vontade dos homens, impondo-se a todos uma igualdade perante a lei.
- (d) Democracia como "governo do povo, pelo povo e para o povo" impõe, do ponto de vista formal, a participação direta ou indireta dos cidadãos na gestão da coisa pública e, do ponto de vista material, a observância numa comunidade política de valores fundamentais, tais como liberdade, justiça e igualdade.
- (e) Desde a participação popular na Constituinte de 1891, a República Federativa do Brasil é uma República verdadeiramente republicanista.

4. Com relação às emendas constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- (a) O Poder Legislativo não está vinculado às decisões do Supremo Tribunal Federal quanto à interpretação da constituição, podendo modificar, por emenda constitucional, o texto da Constituição, mesmo objeto de Súmula Vinculante.
- (b) A Constituição brasileira de 1988 não poderá ser emendada caso seja decretado o estado de sítio.
- (c) A Constituição brasileira de 1988 não contém limitações temporais ao poder de reforma.
- (d) As cláusulas pétreas constituem limitações materiais ao Poder Constituinte Reformador.
- (e) Não constitui limitação implícita a supressão, mediante emenda constitucional, do dispositivo que prevê as cláusulas pétreas.

5. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 5 de outubro de 1989, pode ser considerada:

- (a) exercício do Poder Constituinte Derivado Difuso.
- (b) exercício do Poder Constituinte Originário.
- (c) exercício do Poder Constituinte Derivado Reformador.
- (d) exercício do Poder Constituinte Decorrente.
- (e) titular dos direitos de soberania do povo brasileiro, que o exerce por meio de representantes ou diretamente, na forma prevista constitucionalmente.

6. Malu Mali, estrangeira residente no país, ajuizou ação ordinária pleiteando do Estado do Rio de Janeiro a realização em hospital estadual de cirurgia plástica reconstrutiva e estética reparadora de processos inflamatórios decorrentes de queimaduras, procedimento previsto na lista do SUS. Nessa hipótese, o pedido deve ser julgado:

- (a) Improcedente, por se tratar de direito previsto em norma constitucional de eficácia limitada ainda pendente de regulamentação.
- (b) Procedente, tendo em vista o princípio da máxima efetividade constitucional dos princípios constitucionais que consagram o direito fundamental à saúde, de caráter universal, gratuito, integral e igualitário.
- (c) Extinto sem julgamento de mérito, por impossibilidade jurídica do pedido em razão da reserva do possível impedir o acesso da autora a esse direito.
- (d) Improcedente, pois o Estado do Rio de Janeiro só tem o dever constitucional de custear procedimentos corretivos, não os estéticos.
- (e) Extinto sem julgamento do mérito, por ilegitimidade ativa, em razão de apenas brasileiros gozarem do direito fundamental à saúde.

7. Marco Markelyson, famoso cirurgião plástico, negou-se a comprovar a paternidade de suposto filho mediante realização de teste de DNA requerido pela Justiça estadual. O caso foi amplamente divulgado pela mídia, cujas notícias reproduziram o inteiro teor da decisão judicial. No caso em tela, assinale a alternativa correta:

- (a) Quanto ao teste de paternidade, o Supremo Tribunal Federal entende que prevalece sempre o melhor interesse da criança previsto no art. 227 da Constituição da República de 1988, obrigando-se o suposto pai a realizá-lo.
- (b) Quanto ao teste de paternidade, o Supremo Tribunal Federal entende que devem prevalecer os bens e interesses do suposto pai, por violação à dignidade humana, à intimidade e à privacidade dele, bem como aos seus direitos à integridade pessoal e o de não produzir provas contra si mesmo, embora haja presunção relativa de paternidade de quem se recusa a fazer o teste de DNA.
- (c) Quanto à indenização pelos danos materiais e morais, Marco certamente obterá indenização dos veículos de comunicação que noticiaram seu caso judicial por violação ao seu direito de intimidade e privacidade.
- (d) Quanto ao teste de paternidade, o Supremo Tribunal Federal entende que devem prevalecer os bens e interesses do suposto pai, por violação à dignidade humana, à intimidade e à privacidade dele, bem como aos seus direitos à integridade pessoal e o de não produzir provas contra si mesmo, sem que haja qualquer indício ou presunção de quem se recusa a fazer o teste de DNA.
- (e) Quanto à indenização pelos danos materiais e morais, não será cabível nesse caso, pois a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura apenas o direito de resposta proporcional ao dano material, moral ou à imagem e não a responsabilização patrimonial.

8. Ajuizada Ação Direta de Inconstitucionalidade contra lei estadual do Rio de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou-a improcedente sob o argumento de que um dos sentidos extraídos do texto normativo seria compatível com a Constituição da República Federativa de 1988. Sendo assim, o STF utilizou como técnica de decisão o princípio da:

- (a) Supremacia da constituição.
- (b) Força normativa da constituição.
- (c) Interpretação conforme a constituição.
- (d) Presunção de constitucionalidade das leis e atos do Poder Público.
- (e) Razoabilidade ou proporcionalidade.

9. A propositura de ação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal cabe ao(s):

- (a) Procurador Geral da República.
- (b) Procurador Geral de Justiça.
- (c) Presidente da República e Procurador Geral da República.
- (d) Presidente da República, Congresso Nacional e seus partidos políticos, Assembleia Legislativa do Estado e Câmara do Distrito Federal, Governadores de Estado ou do Distrito Federal, Procurador Geral da República, Ordem dos Advogados do Brasil e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (e) Presidente da República, Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Mesa de Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa do Distrito Federal, Governador de Estado ou do Distrito Federal, Procurador-Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

10. Cabe ação declaratória de constitucionalidade contra:

- (a) apenas lei ou ato normativo federal.
- (b) projeto de lei federal ou estadual.
- (c) lei federal anterior à atual Constituição.
- (d) lei municipal.
- (e) lei ou ato normativo federal ou estadual.

DIREITO CIVIL

11. A respeito dos direitos da personalidade, assinale a única alternativa incorreta:

- (a) Os direitos da personalidade são qualificados como direitos fundamentais e sua tutela tem previsão constitucional.
- (b) A proteção à imagem deve ser ponderada com outros interesses constitucionalmente tutelados, especialmente em face do direito de amplo acesso à informação e da liberdade de imprensa.
- (c) Em função da sua natureza extrapatrimonial, a violação aos direitos da personalidade não gera o dever de indenizar.
- (d) O ordenamento confere legitimidade aos parentes, cônjuge ou companheiro para a tutela contra lesão ao direito da personalidade perpetrada *post mortem*.
- (e) O direito ao nome, à privacidade e à imagem são espécies de direito da personalidade.

12. Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:

- (a) A autarquia é pessoa jurídica de direito público interno.
- (b) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.
- (c) As fundações são universalidades de bens.
- (d) Nas associações, não é lícita a exclusão de associados.
- (e) As sociedades são pessoas jurídicas de direito privado.

13. No que diz respeito aos bens públicos, é correto afirmar que:

- (a) Os bens públicos classificam-se em: universais, dominicais e de uso comum.
- (b) Os bens públicos de uso comum do povo são inalienáveis.
- (c) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- (d) Afetação é o fenômeno jurídico que permite a alienação de um bem público.
- (e) Os bens públicos de qualquer espécie e independentemente da sua finalidade podem ser objeto de usucapião.

14. Na interpretação dos negócios jurídicos, é correto afirmar:

- (a) o silêncio importa anuência, em qualquer caso.
- (b) atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- (c) a renúncia interpreta-se estritamente.
- (d) o instrumento público é considerado da essência de qualquer negócio jurídico.
- (e) não devem ser levados em consideração os usos do lugar de sua celebração.

15. Quanto à condição como elemento accidental do negócio jurídico, assinale a alternativa correta:

- (a) É válida a condição que sujeita os efeitos do negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes.
- (b) A condição suspensiva suspende apenas o exercício, mas não a aquisição do direito.
- (c) Nos casos de condição suspensiva, não é permitido ao titular do direito eventual praticar os atos destinados a conservá-lo, pois ainda não o adquiriu.
- (d) Enquanto se não realizar a condição resolutiva, vigorará o negócio jurídico.
- (e) A condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento considera-se verificada, mas responde o beneficiário por pelas perdas e danos causados à contraparte.

16. Em tema de responsabilidade civil, assinale a alternativa incorreta:

- (a) são elementos da responsabilidade civil subjetiva a conduta culposa ou dolosa, o dano e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.
- (b) é possível a reparação do dano exclusivamente moral.
- (c) são cumuláveis os danos materiais e morais oriundos do mesmo fato.
- (d) o valor da indenização mede-se, em regra, pela extensão do dano.
- (e) o nexo causal entre a conduta e o dano não constitui requisito da responsabilidade objetiva.

17. Das alternativas abaixo, é correto afirmar que:

- (a) o negócio simulado é anulável.
- (b) é anulável o negócio jurídico celebrado por pessoa que, por deficiência mental, tenha o discernimento reduzido.
- (c) é anulável o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei.
- (d) o negócio jurídico anulável não pode ser confirmado pelas partes.
- (e) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação pelas partes.

18. Quanto ao instituto da prescrição, é incorreto afirmar que:

- (a) os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordos das partes.
- (b) a prescrição não corre pendendo condição resolutiva.
- (c) de acordo com o Código Civil, o prazo ordinário de prescrição é de 10 anos.
- (d) a pretensão de reparação civil prescreve em 3 anos.
- (e) a prescrição se interrompe por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

19. A respeito do inadimplemento das obrigações, pode-se afirmar que:

- (a) o devedor não responde, em nenhuma hipótese, por prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior.
- (b) incorre na cláusula penal o devedor que, ainda que sem culpa, deixar de cumprir a obrigação ou constituir-se em mora.
- (c) considera-se em mora o devedor quando não cumprir a obrigação no tempo, lugar ou forma convencionados.
- (d) descumprida a obrigação, o devedor responde pelas perdas e danos, sem acréscimo de juros e correção monetária.
- (e) em regra, as perdas e danos abrangem apenas o que o credor efetivamente perdeu.

20. Em relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a única alternativa incorreta:

- (a) o estado de perigo ocorre quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- (b) na lesão, a desproporção entre as prestações deve estar caracterizada no momento de celebração do negócio jurídico.
- (c) se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- (d) a ameaça a pessoa não pertencente à família do paciente não configura, em nenhuma hipótese, coação.
- (e) a coação física ou *vis absoluta* acarreta o reconhecimento da inexistência do negócio jurídico.

PROCESSO CIVIL

21. Considerando o sistema do Código de Processo Civil de 1973, é correto afirmar que foi adotada pelo legislador brasileiro, quanto ao direito de ação, a teoria:

- (a) imanentista;
- (b) concreta;
- (c) abstrata;
- (d) eclética;
- (e) dinâmica.

22. Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito. Descumprido o despacho no prazo assinalado, deve o juiz:

- (a) se a providência couber ao réu, excluí-lo do processo;
- (b) se a providência couber ao terceiro, decretar a nulidade do processo;
- (c) se a providência couber ao réu, reputá-lo revel;
- (d) se a providência couber ao autor, aplicar a sanção pela prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição;
- (e) se a providência couber ao réu, decretar a nulidade do processo.

23. A regra geral para a fixação da competência territorial, em ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis, consiste:

- (a) no foro do lugar do ato ou fato;
- (b) no foro do domicílio do réu;
- (c) no foro do domicílio do autor;
- (d) no foro da situação dos bens do réu;
- (e) no foro do lugar em que a obrigação deve ser satisfeita.

24. Dentre as hipóteses enumeradas abaixo, assinale o item cuja matéria não consiste em uma questão preliminar ao conhecimento do mérito:

- (a) incompetência absoluta, em demanda com pedido condenatório para pagamento de quantia certa;
- (b) legitimidade *ad causam* das partes, em demanda com pedido reivindicatório;
- (c) perempção, em demanda com pedido desconstitutivo de negócio jurídico;
- (d) litispendência, em demanda com pedido de declaração da autenticidade de documento;
- (e) relação de parentesco, em demanda com pedido de condenação em alimentos.

25. Com relação ao requisito extrínseco da tempestividade para a admissibilidade dos recursos no processo civil brasileiro, identifique a assertiva incorreta:

- (a) o prazo para interposição de apelação é de 10 dias;
- (b) o prazo para interposição de embargos infringentes é de 15 dias;
- (c) o prazo para interposição de agravo de instrumento é de 10 dias;
- (d) o prazo para interposição de embargos de declaração é de 5 dias;
- (e) o prazo para interposição de recurso extraordinário é de 15 dias.

26. Quanto ao princípio da publicidade dos atos processuais, assinale a assertiva incorreta:

- (a) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;
- (b) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;
- (c) correm em segredo de justiça os processos que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores;
- (d) os atos processuais são sempre sigilosos, não possuindo as partes ou seus procuradores o direito de consultar os autos ou pedir certidões;
- (e) o terceiro, que demonstrar Interesse jurídico, pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite.

27. A respeito do princípio do livre convencimento motivado, assinale a alternativa correta:

- (a) o juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento;
- (b) o juiz não está obrigado a motivar, ainda que sucintamente, quaisquer decisões;
- (c) o Direito brasileiro adota o sistema da prova legal ou tarifada, no qual o juiz está vinculado a uma gradação legal de persuasão para cada espécie de prova;
- (d) o juiz pode, em qualquer hipótese, desconsiderar os elementos constantes dos autos e decidir de acordo com a equidade;
- (e) o juiz deve sempre decidir as causas em favor das pessoas jurídicas de direito público, considerando a regra de convencimento *in dubio pro societate*.

28. Não representa método de interpretação das normas processuais:

- (a) gramatical;
- (b) histórico;
- (c) teleológico;
- (d) sistemático;
- (e) parcial.

29. Sobre a súmula vinculante, assinale a alternativa correta:

- (a) a súmula vinculante regularmente aprovada pelo Supremo Tribunal Federal terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- (b) do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante, ou que indevidamente a aplicar, não caberá qualquer espécie de reclamação ao Supremo Tribunal Federal;
- (c) o Supremo Tribunal Federal aprovará súmula vinculante apenas mediante a autorização do Presidente da República;
- (d) o instituto da súmula vinculante não encontra previsão na Constituição da República e nem na legislação federal;
- (e) o Supremo Tribunal Federal considera inconstitucional qualquer súmula com efeito vinculante.

30. Acerca das nulidades processuais, assinale a alternativa correta:

- (a) a nulidade só poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa;
- (b) quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade;
- (c) qualquer nulidade deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, ainda que o juiz deva declará-la de ofício;
- (d) caso o membro do Ministério Público não seja intimado a acompanhar feito em que deva intervir, o processo será anulado desde o seu nascedouro e cancelada a distribuição;
- (e) a nulidade de uma parte do ato contaminará as demais, ainda que dela sejam independentes.



26º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROVA DISCURSIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO CIVIL

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Nota:

Nota por extenso: _____

RUBRICA(S) DO(S) EXAMINADOR(ES)

INSTRUÇÕES

Use caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer tipo, inclusive esferográfica.

NÃO É PERMITIDO O USO DE CORRETIVO DE QUALQUER ESPÉCIE (por exemplo: *corretivos*, borracha, fita corretiva etc.)

Preencha, de forma legível, os espaços existentes na parte inferior desta folha, na **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO**. O preenchimento desta **ÁREA** tem como finalidade a desidentificação da prova e, após a correção, a sua identificação.

Deixe em branco os espaços constantes da **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO E OS DE USO DA COMISSÃO ORGANIZADORA**.

O caderno de respostas contém, além da capa, duas folhas, sendo uma para cada resposta. Para cada resposta, utilize apenas as quinze linhas pautadas, não ultrapassando as margens definidas nas folhas impressas. Não serão corrigidas as respostas lançadas fora do espaço destinado. As respostas às questões de cada matéria deverão ser lançadas na folha de resposta respectiva. Não serão consideradas as respostas que sejam lançadas pelo candidato, por equívoco, na folha de respostas de outra matéria.

NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.

NÃO ASSINE AS FOLHAS DE RESPOSTA, NEM AS RUBRIQUE OU NELAS FAÇA QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICAR O CANDIDATO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DA PROVA.

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO

Nome _____ Inscrição nº _____
(Em letra de forma)

Assinatura usual _____ Data de Nascimento ____/____/____



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
26.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do artigo 23 do Regulamento do 26.º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1)C
- 2)D
- 3)E
- 4)E
- 5)D
- 6)B
- 7)B
- 8)C
- 9)A
- 10)A

DIREITO CIVIL

- 11)C
- 12)D
- 13)B
- 14)C
- 15)C
- 16)E
- 17)B
- 18)B
- 19)C
- 20)D

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 21)D
- 22)C
- 23)B
- 24)E
- 25)A
- 26)D
- 27)A
- 28)E
- 29)A
- 30)B

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.